

# Uso de técnicas de inteligência de fontes abertas (OSINT) no Brasil

ARTIGO 19

Fundación  
**Karisma**

**CELE**  
Centro de Estudios en Libertad de  
Expresión y Acceso a la Información

As técnicas de inteligência de fontes abertas (OSINT, do inglês “*Open Source Intelligence*”) consistem na coleta e no tratamento de dados publicamente disponíveis na internet para geração de informações estratégicas. No Brasil, alguns órgãos de Estado já usam OSINT para produzir relatórios de inteligência



O Decreto 3.695/2000 criou o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), cujos integrantes devem “identificar, monitorar e avaliar ameaças reais ou potenciais à segurança pública e gerar conhecimento e informações que embasem ações para neutralizar, conter e reprimir atos criminosos de qualquer natureza”.

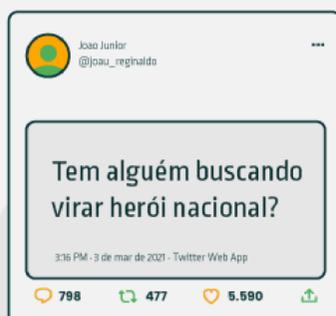
A fim de compreender a implementação dessa prática, a ARTIGO 19 fez solicitações de acesso à informação pública a vários órgãos do Estado brasileiro e conduziu investigações em sites, revistas e jornais, onde obteve informações adicionais. O Centro de Inteligência da Marinha, o Gabinete de Segurança Institucional, a Agência Brasileira de Inteligência e a Polícia Federal se recusaram a responder, alegando razões de segurança.



## Informações sobre outros órgãos públicos no Brasil que usam inteligência de fontes abertas



O Ministério Público Federal informou que a SPPEA (Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise) coleta informações de fontes abertas. A sociedade civil já alertou sobre a utilização desse recurso para inteligência no âmbito de investigações conduzidas por Ministérios Públicos federais e estaduais.



Em 2021, a informação da Polícia Militar de Minas Gerais de que a prisão de um jovem foi possível a partir de um trabalho de monitoramento de redes sociais confirmou que a instituição emprega OSINT, apesar da falta de regulamentação. O jovem foi preso por causa de uma publicação postada por ele no Twitter.



Ele foi detido depois que a Polícia classificou sua postagem como “propaganda e incitação à prática de crimes contra a integridade física e a vida do Presidente da República (...)”. Embora tenha sido liberado poucas horas depois, o processo judicial contra ele prosseguiu.



O Ministério da Defesa, por sua vez, indicou que possui em seus registros contratos com terceiros que fornecem serviços de OSINT. Entre eles, mencionou um contrato que prevê o monitoramento da “imagem da instituição”: “O resultado da ação deve indicar repercussão (o quê), perfis influenciadores (quem), mídia (onde, quando), reputação e polarização (como), tendência, cenário brasileiro e demais informações estratégicas oportunas à tomada de decisão”.

Grande parte das iniciativas de OSINT são projetadas para fins de segurança pública e há risco de serem usadas para fins ilegítimos, como a perseguição de opositores políticos, a violação à privacidade e investigações criminais ilegais, o que compromete o pleno exercício das liberdades de expressão e de associação.



No governo Bolsonaro, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República mantinha um contrato com uma empresa privada para monitoramento de 77 jornalistas e influenciadores. Seus perfis foram classificados em três grupos, com base no conteúdo das publicações: "favorável" ao governo, "neutro" e "detratores".



Esse "mapa de jornalistas e influenciadores" também continha recomendações sobre as ações a serem tomadas em relação a cada comunicador monitorado, além dos números de telefone e endereços de e-mail dos alvos observados.

## O "dossiê antifascista"

Trata-se de um documento sigiloso revelado pela imprensa em 2020 e que continha o mapeamento e a identificação de 579 pessoas que faziam oposição ao governo da época (principalmente, servidores públicos da área de segurança pública e professores universitários). O dossiê foi elaborado pela Secretaria de Operações Integradas (Seopi), do Ministério da Justiça.



Ele continha informações funcionais dos servidores e dados retirados de fontes abertas, como nome, endereço, fotografia e URL de redes sociais e outras informações. Esse dossiê foi compartilhado com órgãos públicos de segurança, como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Abin, Força Nacional e centros de inteligência vinculados à própria Seopi.



Em 2020, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a elaboração do dossiê e, em 2022, o plenário da Corte o declarou inconstitucional. Um documento semelhante foi produzido por um deputado estadual por São Paulo, e também continha informações e dados pessoais de mais de mil pessoas consideradas "terroristas". Esse dossiê foi entregue ao governo dos Estados Unidos por Eduardo Bolsonaro, deputado federal e filho do ex-presidente, conforme relatado pela imprensa.



O uso de técnicas de OSINT revela um avanço persistente e descontrolado dos estados sobre a atividade das pessoas na internet, o que coloca em xeque o papel da rede como um espaço cívico para deliberação popular e sua eficácia como ferramenta para grupos ativistas e comunidades vulnerabilizadas.

É importante que se inicie um diálogo entre todas as partes envolvidas que permita discutir o uso de OSINT, a fim de subsidiar propostas de regulamentação dessa temática, dentro dos marcos constitucionais e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.